

# Potencialidades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e seu impacto na formação docente

Mariana dos Santos

Denise de Freitas

---

## Resumo

Este estudo tem como fonte de informações os editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), desde a sua criação, e documentos relativos a outros programas, políticas e diretrizes relacionados com a formação de professores ao longo dos últimos anos, analisados sob pressupostos teóricos advindos de referenciais do campo da educação. O objetivo foi analisar as orientações que deram origem ao Pibid e seus avanços e/ou retrocessos, buscando referências analíticas nos contextos das políticas e dos conhecimentos acadêmicos sobre formação de professores. A análise trouxe à tona as dimensões do impacto do Pibid na formação docente e nos conhecimentos sobre a docência e aponta para as tensões, os avanços, os recuos e as potencialidades do Programa nesse período de sua implantação, em que se observam as marcas políticas e ideológicas que ele incorpora e que majoritariamente configuram retrocessos que ameaçam sua permanência. Por isso, defende-se a ideia de que o Pibid seja consolidado como política de Estado.

Palavras-chave: formação docente; Pibid; políticas educacionais.

---

## **Abstract**

### **Potentialities of the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation and its impact on teacher training**

*This study has as a source of information the public notices of the Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation (Pibid) since its creation, and documents related to other programs, policies and guidelines related to teacher training over the last few years, analyzed under theoretical assumptions derived from references in the education field. The objective of this essay was to analyze the guidelines that gave rise to Pibid and its advances and/or setbacks, throughout these years of its implementation, seeking analytical references in the contexts of policies and academic knowledge on teacher education. The analysis brought to light the dimensions of Pibid's impact on teacher training and knowledge about teaching and points to the tensions, advances, setbacks and potentialities of the Program in this period of its implementation, in which the political and ideological marks that it incorporates and that mostly configure setbacks that threaten its permanence. Therefore, the idea that the Pibid should be consolidated as a State policy is defended.*

*Keywords: teacher training; Pibid; educational policies.*

---

76

## **Resumen**

### **Potencialidades del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia y su impacto en la formación docente**

*Este estudio tiene como fuente de información las convocatorias públicas del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (PIBID) desde su creación y documentos relacionados con otros programas, políticas y lineamientos relacionados con la formación docente en los últimos años, analizados bajo supuestos teóricos procedentes de referencias en el campo de la educación. El objetivo de este ensayo fue analizar los lineamientos que dieron origen al Programa y sus avances y/o retrocesos a lo largo de estos años de su implementación, buscando referentes analíticos en los contextos de políticas y saberes académicos producidos en el campo de la Formación Docente en este período. El análisis puso en evidencia las dimensiones del impacto del PIBID en la formación docente y en el conocimiento sobre la enseñanza y apunta las tensiones, avances, retrocesos y potencialidades del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (PIBID) en este período de su implementación, en el que se observan las marcas políticas e ideológicas que incorpora y que en su mayoría configuran retrocesos que amenazan su permanencia. Por ello, se defiende la idea de que el PIBID debe consolidarse como política de Estado.*

*Palabras clave: formación docente; PIBID; políticas educativas.*

---

## Introdução

Formar professores no século 21 tem se tornado uma tarefa cada vez mais complexa. As diversas mudanças estruturais, a evolução acelerada da sociedade e a transformação da produção e difusão do conhecimento, que tem gerado inúmeros problemas relacionados ao negacionismo<sup>1</sup> e às *fake news*, observados mais intensamente durante a pandemia, exigem uma revolução na formação de professores.

Ao longo das últimas décadas, destacam-se as discussões que focam a dimensão e o papel da escola como *locus* de formação docente com o intuito de formar professores para atender às demandas da sociedade contemporânea. Torna-se cada vez mais abrangente na literatura corrente a valorização da escola como espaço privilegiado de formação dos professores, de convivialidade entre pares, de criação de culturas colaborativas e de produção de conhecimentos sobre a prática docente. Nas palavras de Nóvoa (2009), essa formação tem de se dar “a partir de dentro”, ou seja, no próprio contexto escolar.

Na esteira dessas discussões, em 2007, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), cuja ação principal tem sido a inserção de estudantes dos cursos de licenciatura, futuros professores, nas escolas de educação básica em todo o território nacional (Brasil. MEC, Portaria Normativa nº 38, 2007). Regulamentado mais detalhadamente pelo Decreto nº 7.219/2010, o Pibid tem concedido bolsas de estímulo à docência tanto para docentes em formação inicial e em exercício como para formadores de professores.

Passados quase 15 anos desde a publicação do primeiro edital, o Pibid é um dos poucos programas de formação de professores que conseguiu sobreviver a diferentes governos – Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) – e a diversas marcas políticas e ideológicas importantes no campo da Educação. Apesar de terem ocorrido modificações em sua estrutura, permanece o seu escopo de promover mudanças na formação docente e melhorias na qualidade do ensino da educação básica.

Para Fullan (2002), todo processo de mudança passa por três fases:

- 1) iniciação, mobilização e adoção: consiste no processo de decisão ou não para adotar uma mudança;
- 2) implementação ou aplicação inicial: ocorre nos dois primeiros anos e são as primeiras iniciativas para levar a ideia de mudança à prática;
- 3) continuação, incorporação, rotinização ou institucionalização: a mudança passa a ser incorporada como parte do sistema ou pode desaparecer em consequência do seu desgaste ou de uma decisão de ser abandonada.

---

<sup>1</sup> Aqui, definimos “negacionismo” com base em Charlot e Charlot (2021, p. 3) como o fenômeno de negação e de rejeição de resultados de pesquisas científicas complexas e em andamento por uma parte da opinião pública, os quais não são negados apenas “enquanto científicos, [mas também] são recusados enquanto argumentos dos inimigos na briga sociopolítica”.

É relevante pontuar que, na América Latina, boa parte das políticas de formação docente e das inovações e reformas fracassam durante a primeira etapa. Assim, nossa premissa é a de que o Pibid se mostra diferenciado, uma vez que, mesmo passando por mudanças significativas e adequações pautadas por diferentes orientações políticas, mantém-se como um importante movimento em prol da formação docente. O fato de o Programa resistir a essas mudanças, talvez sustentado pelas narrativas no campo de formação de professores, denota seu potencial de ser incorporado como parte do sistema, quiçá de vir a ser institucionalizado como uma política de Estado.

O objetivo deste ensaio teórico é o de analisar as orientações que deram origem ao Programa e seus avanços e/ou retrocessos com relação à sua abrangência e às suas ações no campo da formação inicial ao longo desses anos de atividade, buscando referências analíticas nos contextos das políticas e dos conhecimentos acadêmicos produzidos no campo da formação de professores nesse período.

A partir da elaboração de uma linha do tempo, analisaremos o processo de construção do Pibid e de sua evolução ao longo do período, com base em documentos oficiais e dados obtidos com pesquisadores que auxiliaram em sua idealização, implementação e desenvolvimento (Santos, 2016). Fundamentando nossas análises com o auxílio da literatura da área de formação de professores, buscaremos, também, relacionar o Pibid com outras políticas relativas à formação de professores apresentadas no decorrer dos anos:

78

- Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Parfor), em 2009;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores e Formação Continuada (DCNFP), em 2015;
- Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (BNC-Formação), em 2016;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017;
- Programa de Residência Pedagógica (PRP), em 2018.

### **O contexto das políticas educacionais e as transformações do Pibid**

Antes de adentrarmos aos editais do Pibid, é preciso compreender a situação em que se encontravam as discussões acerca da formação de professores à época da implementação do Programa.

Estudiosos do currículo, como Dias e Lopes (2009), apontam que a produção de políticas para a formação de professores parece ter ganhado força com o processo de redemocratização do País e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil. Lei nº 9.394, 1996). Dentre os atores de influência que produzem conhecimentos sobre as políticas de formação de professores, destacam-se docentes de universidades e pesquisadores vinculados a entidades desse campo, como a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe). Nos discursos, salienta-se a prática como uma condição fundamental, criando uma expectativa de que pela prática os professores se aproximam da realidade e dos problemas da educação brasileira, valorizando, portanto, a dimensão da “experiência” como base para construção de seus conhecimentos.

Sob a influência desses discursos a respeito da importância da articulação entre teoria e prática na formação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCNFP) apresentam a prática como componente curricular, o que implica concebê-la como uma “dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional” (Brasil. CNE. CP, Parecer nº 9, 2001, p. 23).

Com essa narrativa, a prática torna-se central e fundamental no currículo de formação, devendo ser vivenciada ao longo do curso e deslocando os estágios para o início, para haver “tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional” (Brasil. CNE. CP, Parecer nº 9, 2001, p. 57-58). Destaca-se que esse parecer apontava criticamente para uma concepção restrita da prática e indicava a necessidade de superar a ideia de que “o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula, se dá conta da teoria” (Brasil. CNE. CP, Parecer nº 9, 2001, p. 23).

No entanto, a incorporação da dimensão prática em todos os períodos do curso induziu à reestruturação de muitos deles, que passaram a creditar à escola parte dessa formação prática. Portanto, as primeiras discussões sobre a idealização do Pibid incorporaram essa concepção de prática e do papel da escola na formação docente e influenciaram a construção das ações em seus projetos.

Nesse contexto, conforme observado no *Aviso de chamamento público*, considerado o primeiro edital do Pibid, o espaço escolar se transforma no verdadeiro *locus* da formação docente para os participantes do Programa, que prevê a “valorização do espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica” (Brasil. MEC; Capes; FNDE, 2007, p. 1). Nesse edital, um dos objetivos era sanar um déficit na educação básica, nomeadamente em disciplinas específicas que historicamente sofriam com a falta de professores: Matemática, Física, Química e Biologia. Assim, a primeira chamada realizada indicava que seriam

[...] priorizados os projetos voltados à formação de docentes para atuar nas seguintes áreas do conhecimento e níveis de ensino, nesta ordem:

- a) para o ensino médio: *i*) licenciatura em Física; *ii*) licenciatura em Química; *iii*) licenciatura em Matemática; e *iv*) licenciatura em Biologia;
  - b) para o ensino médio e para os anos finais do ensino fundamental: *i*) licenciatura em Ciências; e *ii*) licenciatura em Matemática.
- (Brasil. MEC; Capes; FNDE, 2007, p. 4).

Nessa primeira chamada, o total de projetos institucionais aprovados significou que o Pibid estaria presente em 43 instituições de ensino superior (IES) de todo o País, o que denota grande aceitação do Programa.

A aprovação do referido edital e o início do Pibid surgem na esteira de algumas políticas importantes propostas durante o governo Lula e que impulsionaram os movimentos educacionais em todo o Brasil, reflexo de um ministério composto, essencialmente, por professores e profissionais da educação. Entre elas, está o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que traz, no artigo 2º, a diretriz XII: “instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação” (Brasil. Decreto nº 6.094, 2007, p. 5). Em conjunto com o Plano de Metas, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tinha como principal objetivo a melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais, promovendo ações em conjunto entre União, estados e municípios de maneira a garantir o direito à aprendizagem.

Todos esses movimentos, bem como a permanência da mesma estrutura de governo por mais um ciclo político, garantiram que a perspectiva inicial do Pibid permanecesse em uma nova chamada para apresentação de projetos institucionais em 2009. Dessa vez, houve um incremento no montante financeiro aportado ao Programa, bem como na abrangência das ações, que agora poderiam se estender, para além de toda a educação básica regular, à “educação especial, educação de jovens e adultos, comunidades indígenas, quilombolas e educação no campo” (Brasil. Capes, Edital nº 2, 2009, p. 5). Também é incorporado como objetivo do Pibid

[...] proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o Ideb e o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, Saeb, Enem, entre outras. (Brasil. Capes, Edital nº 2, 2009, p. 3).

Essa atribuição foi um tanto problemática, uma vez que, se a tarefa de superação de problemas educacionais é desafiadora até mesmo para aqueles que já possuem experiência, questiona-se a pertinência de atribuir-se uma tarefa com tamanho peso e responsabilidade a licenciandos, que ainda não são profissionais.

O Edital Capes nº 18/2010 foi publicado no contexto da implementação da Parfor (Brasil. Decreto nº 6.755, 2009), que teve como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita a professores em exercício na rede pública. Esse movimento denota que, ainda que se trate de uma política emergencial, há avanços significativos nesse campo. Com esse pano de fundo, o MEC, a Capes, as instituições de ensino superior e associações iniciam as discussões sobre um novo modelo curricular nacional como forma de garantir a qualidade social da educação. Essas discussões originam<sup>2</sup> as

<sup>2</sup> De 2001 a 2012, o Conselho Nacional de Educação promulgou 15 diretrizes por meio de pareceres e resoluções, que foram reunidas sob o título *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica* (Brasil. MEC. SEB, 2013).

- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB), em 2010,
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNEF), em 2010, e
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), em 2011.

Além desses documentos oficiais, dos debates produzidos sobre a BNCC entre 2012 e 2015 resultou a elaboração do relatório *Direito à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica: subsídios ao currículo nacional* (Bonini; Druck; Barra, 2018).

Em continuidade à orientação política do governo anterior, o Edital Capes nº 18/2010 trouxe nova ampliação na abrangência do Pibid: a partir de então, as IES poderiam apresentar subprojetos que atenderiam, também, a educação infantil. O processo de consolidação do Pibid como um programa de formação docente avançou com a publicação da Portaria Capes nº 96/2013, que ampliou de maneira expressiva o número de bolsas, estendendo seu alcance às IES privadas com fins lucrativos, as quais poderiam apresentar proposta, desde que os cursos de licenciatura envolvidos no projeto possuíssem alunos regularmente matriculados e ativos no Programa Universidade para Todos (ProUni). Por outro lado, a autonomia das instituições no que tange à escolha das escolas em que seriam desenvolvidos os subprojetos foi reduzida, já que o artigo 8º dessa portaria recomenda que as IES desenvolvam seus projetos preferencialmente em escolas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média nacional e também naquelas “que aderiram aos programas e ações das Secretarias de Educação e do Ministério da Educação, como as Escolas de Tempo Integral, Ensino Médio Inovador, Programa Mais Educação, entre outros” (Brasil. Capes, Portaria nº 96, 2013b, p. 11). Nesse edital, também se abriu a possibilidade de que as instituições pudessem propor projetos interdisciplinares, articulando, no mínimo, duas licenciaturas diferentes. De acordo com Santos (2016), esse foi um ponto problemático, uma vez que os coordenadores de área apresentaram dificuldades em articular os subprojetos.

Nesse ponto, colocamos em pauta o papel atribuído à universidade no que diz respeito à formação de professores. Importante destacar que não há dúvida de que a universidade possui potencial competência para produzir e difundir os saberes científicos e disciplinares indispensáveis à formação docente. Porém, conforme afirma Penin (2001), parte da insatisfação que existe quanto à maneira como essa formação tem sido realizada dentro das universidades brasileiras é fruto do entendimento ainda obscuro que subsiste no âmbito das universidades quanto à sua responsabilidade com a formação de professores. Por muito tempo, imperou a crença de que, para ensinar, era necessário dominar apenas o conteúdo a ser ensinado. Só mais recentemente é que passou a existir a preocupação com os saberes sobre como ensinar ou, como define Tardif (2011), os saberes pedagógicos do conteúdo a ser ensinado. Segundo esse autor, os saberes pedagógicos fazem parte do *corpus* de saberes da formação profissional docente e estão relacionados às técnicas e aos

métodos de ensino (saber-fazer), transmitidos aos professores ao longo do seu processo de formação (Tardif, 2011). Há, portanto, a necessidade de se discutir e problematizar a questão de quem é que está predominantemente à frente da orientação das ações no Pibid. Essa observação é baseada no fato de que, no território nacional, apesar de haver coordenadores com formação na área de Educação, outra grande parte não possui formação na área, seja em cursos de licenciatura, pós-graduação em Educação ou mesmo atuação em escolas públicas de educação básica. Sem a aquisição desses saberes relacionados à profissão, questiona-se, portanto, de que maneira esses coordenadores poderiam auxiliar no desenvolvimento profissional dos pibidianos.

Entre 2013 e 2016, no governo Dilma, foram implementadas algumas políticas no campo da Educação e da formação docente, como o Plano Nacional de Educação (Brasil. Lei nº 13.005, 2014), que traz 20 metas relacionadas à educação básica e à formação continuada de professores a serem cumpridas em dez anos, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior e formação continuada (Brasil. CNE. CP, Resolução nº 2, 2015), atreladas ao PNE. Essas políticas anunciavam mudanças significativas nos caminhos da educação brasileira. Pouco tempo depois, em 2017, já no governo Temer, foi instituída a BNCC em um movimento político que descartou as antigas discussões acerca dos direitos de aprendizagem apresentadas anteriormente. O Pibid também passa por ajustes. O edital que deveria ser publicado em 2016, por exemplo, foi revogado e, em seu lugar, o governo priorizou a instituição da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, atrelada à BNCC e que traz, em seu artigo 1º, “organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE” (Brasil. Decreto nº 8.752, 2016). Após a ruptura de uma perspectiva ideológica política ocorrida em 2016, com o processo de *impeachment* da Presidenta, o Pibid inicia uma jornada de mudanças sob influência de alterações políticas que o Brasil atravessava.

O Edital Capes nº 7/2018 trouxe o quantitativo de bolsas reduzido à metade em relação ao Edital Capes nº 61/2013. Além disso, mudanças estruturais profundas foram feitas pela Capes, ignorando as manifestações contrárias das IES, de pesquisadores das áreas de Ensino e Educação, de professores da educação básica e de entidades e sindicatos ligados ao setor, como o Fórum dos Coordenadores Institucionais do Pibid (Forpibid), composto por todos os coordenadores institucionais das IES participantes (Furlan *et al.*, 2019).

A mudança mais significativa foi a divisão do Pibid em dois programas; entretanto, manteve-se o nome para estudantes dos primeiros anos dos cursos de licenciatura e criou-se o Programa de Residência Pedagógica (PRP), que deveria atender estudantes que já cumpriram mais da metade do curso de licenciatura e estariam habilitados a desenvolver os estágios supervisionados de docência nas escolas. Essa é uma alteração importante e que, segundo Rabelo, Dias e Carvalho (2020), ocasiona, entre outros problemas, um esvaziamento das discussões dos grupos acerca das preocupações e angústias com a expectativa do início da docência e a partilha entre estudantes que estão mais avançados nos estudos com os iniciantes.

Outra mudança marcante foi o aumento do número de bolsistas sob a responsabilidade de cada supervisor e coordenador de área. Esse aumento, que pode parecer benéfico em um primeiro momento, dificulta o acompanhamento do processo formativo dos bolsistas pelos coordenadores e supervisores. Esse edital apresenta, no item 5.3, a possibilidade – que deverá ser, inclusive, incentivada – de participação de professores coordenadores e licenciandos sem bolsa nos subprojetos e gera assimetria na relação de compromisso e disponibilidade dos participantes, o que caracteriza a precarização na condução das atividades do Programa. No bojo desse sucateamento, houve a extinção do papel de coordenador de área de gestão de processos educacionais, o que implicou um aumento da demanda de trabalho para o coordenador institucional.

Segundo Vaillant (2015), durante a implementação de uma política de formação, dois aspectos devem ser considerados: *i)* a *clarificação* da proposta, ou seja, entender o que ela pode beneficiar ou prejudicar; e *ii)* a adaptação mútua, que é o entendimento sobre a influência do início da política no contexto atual e vice-versa. Esses aspectos são fundamentais para garantir mudanças mais significativas e estáveis. Porém, algumas condições são necessárias: vantagens comparativas em relação ao existente; compatibilidade com o que havia antes da sua introdução; simplicidade e facilidade no entendimento das mudanças; legitimidade, ou seja, servir para uma necessidade específica; praticidade; e boa qualidade. Ao analisar as mudanças impostas no Pibid, percebe-se com tranquilidade que essas condições não se observam e que o cenário político influenciou sobremaneira o aumento do número de regras e requisitos, o que limitou a autonomia das instituições.

Cabe destacar, também, o aumento da burocratização do processo, já que, a partir desse edital, é preciso que se estabeleça um acordo entre estados e municípios, os quais devem aderir ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Capes, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Somente após essa adesão, as escolas podem manifestar interesse para compor uma lista de estabelecimentos passíveis de escolha pelas IES (Rabelo; Dias; Carvalho, 2020). Esse é outro ponto de retrocesso do Pibid que prejudica sensivelmente o estabelecimento de relações horizontais entre academia e escola. Essas relações afastariam as arrogâncias acadêmicas, fruto de uma pretensa hierarquia entre a universidade e a escola, e favoreceriam a construção de uma parceria na qual todos ensinam e todos aprendem. Portanto, parte-se da ideia de que não se pode trabalhar a docência sem trabalhar em equipe, daí a importância de se estabelecerem novos modelos de formação com a participação de todos os professores responsáveis pelo currículo e no local de trabalho onde se deem as situações-problema.

Desse modo, a proposta do Pibid está sendo, de fato, a construção de um coletivo ou a junção de projetos em um projeto guarda-chuva? Refletir sobre o sentido conceitual da formação é importante para uma ação propositiva que qualifique os saberes docentes. Mas agir numa dimensão coletiva e de reconhecimento mútuo de saberes poderá trazer avanços para os processos de construção profissional da docência. Daí a importância de se estruturar o Pibid com base nas diferentes realidades escolares, e não o contrário, sob o risco de o Programa não encontrar pilares de sustentação e se comportar como uma ilha pairando no ar.

Além da burocratização, os projetos institucionais tiveram que se adaptar às demandas sociais, como combate aos preconceitos e às discriminações raciais, de gênero e de idade e valorização da formação cidadã, que eram sistematicamente apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2015 com as DCN para formação inicial e formação continuada de professores. No entanto, com a sua revogação, foi substituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, o espaço dessas lutas sociais ficou silenciado, de forma que se acredita que mais pesquisas sejam necessárias para podermos entender até que ponto os projetos institucionais foram afetados tanto por essa nova resolução quanto pela necessidade de contemplar a BNCC.

Se as mudanças apresentadas no edital de 2018 já provocavam tensões, as do Edital Capes nº 2/2020, no governo Bolsonaro, vieram para evidenciar o desprestígio da carreira docente, reflexo das ideologias políticas do atual governo. Houve uma mudança com relação à forma de organização das áreas de conhecimento, que foram divididas em prioritárias – Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza – e gerais – essencialmente, as Ciências Humanas (Brasil. Capes, Edital nº 2, 2020, p. 2-3). Também houve uma redução significativa do orçamento, o que ocasionou um atraso no pagamento das bolsas em 2021 e, conseqüentemente, dificuldades na condução do processo por parte de coordenadores e supervisores, sobrecarregados pelo excesso de bolsistas sob sua responsabilidade, sem contar a hierarquização descabida entre áreas de conhecimento, que acaba por desestimular ainda mais aquele que deveria ser incentivado. A publicação do Decreto nº 10.004/2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), também influenciou os critérios de seleção das chamadas “escolas-campo”, ou seja, as escolas públicas de educação básica “em que serão desenvolvidas as atividades do projeto institucional de iniciação à docência”, conforme estabelece o edital no item 3.3.9, complementado pela orientação do item 4.1.3 de que as escolas participantes do Pecim “deverão ser priorizadas como escola-campo para implementação dos projetos institucionais” (Brasil. Capes, Edital nº 2, 2020, p. 3). É preciso, portanto, refletir em que medida o Pibid, em seu modelo atual, tem ajudado na escolha da profissão ao mesmo tempo que, conforme aponta Tabosa (2021), gradativamente se converte em um instrumento para cumprir metas de ação governamental que coadunam com o desprestígio da carreira docente.

Para Imbernón (2015), uma mudança na prática docente pode ser considerada uma mudança de cultura profissional e, por isso, ela se dá de maneira muito lenta. Assim, a formação não se efetiva se não estiver associada a transformações do contexto, na organização, na gestão e nas relações de poder. É essencial, então, que haja uma ruptura com a estrutura de poder para não ficar à mercê de ideologias políticas de governos que são conflitantes, de modo que as mudanças ocorram em alguns pontos historicamente estabelecidos pela comunidade acadêmica e de acordo com as necessidades da formação profissional e as demandas da sociedade civil. Dessa forma, discute-se se as mudanças impostas ao Pibid têm contribuído para a superação dessas marcas históricas, na direção da consolidação do Programa como política de Estado.

O Quadro 1 sistematiza o que foi discutido até aqui e relaciona as publicações dos editais do Pibid com políticas educacionais em cada período.

**Quadro 1 – Editais Pibid e políticas governamentais no período 2007-2019**

(continua)

Governo	Editais e Portaria	Principais características	Políticas de formação de professores e/ou de educação contemporâneas ao edital
Lula (2003-2010)	Aviso de chamamento público MEC, Capes, FNDE 2007 (Considerado o primeiro edital Pibid)	Projeto original, oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos da licenciatura, visando superar o déficit de professores na educação básica.	Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.
	Edital Capes nº 2/2009	Incremento no montante financeiro do Programa. Aumento da abrangência das ações (além da educação básica regular, poderiam se estender a: educação infantil, de jovens e adultos, comunidades indígenas, quilombolas e educação no campo). Bolsistas deveriam auxiliar na superação de problemas no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração Ideb, Provinha Brasil, Prova Brasil, Saeb, Enem, entre outros.	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb) – Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007, designa um conjunto de 40 programas.
Dilma (2011-2016)	Edital Capes nº 18/2010  Edital Capes nº 61/2013	Nova ampliação na abrangência do Pibid: educação infantil.  Ampliação expressiva do número de bolsas.  Possibilidade de inclusão de IES privadas (bolsistas ProUmi).  Preferência por atuação em escolas com Ideb abaixo da média nacional.	Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Parfor) – Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.  Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente – Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e Portaria MEC nº 883, de 16 de setembro de 2009.

Quadro 1 – Editais Pibid e políticas governamentais no período 2007-2019

(continuação)

Governo	Editais e Portaria	Principais características	Políticas de formação de professores e/ou de educação contemporâneas ao edital
Dilma (2011-2016)	Edital Capes nº 61/2013	<p>Preferência por escolas que tenham aderido a programas e ações das Secretarias de Educação e do Ministério da Educação (Escolas de Tempo Integral, Ensino Médio Inovador, Programa Mais Educação, entre outros).</p> <p>Possibilidade de que as IES proponham projetos interdisciplinares.</p>	
	Edital 2016 Revogado		<p>Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.</p> <p>Base Nacional Comum Curricular (BNCC):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– primeira versão redigida em 2014;</li> <li>– disponibilizada para consulta pública em 2015, resultando na segunda versão;</li> <li>– dos debates sobre a BNCC, realizados entre 2012 e 2015, resultou o relatório <i>Direito à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica: subsídios ao currículo nacional</i> (Bonini; Druck; Barra, 2018).</li> <li>– debates sobre a segunda versão aconteceram em 27 seminários estaduais, realizados de 23 de junho a 10 de agosto de 2016.</li> </ul> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior e formação continuada – Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.</p> <p>Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica – Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.</p> <p>Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) – Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016.</p>

**Quadro 1 – Editais Pibid e políticas governamentais no período 2007-2019**

(continuação)

Governo	Editais e Portaria	Principais características	Políticas de formação de professores e/ou de educação contemporâneas ao edital
Temer (2016-2018)	Edital Capes nº 7/2018	<p>Restrição de participação de licenciandos: permitido apenas aos que estiverem na primeira metade do curso de licenciatura.</p> <p>Cada curso/componente curricular participa de apenas um subprojeto (ou específico, ou multidisciplinar).</p> <p>Aumento no número de bolsistas por supervisor/coordenador de área.</p> <p>Incentivo à participação de professores coordenadores e licenciandos sem bolsa nos subprojetos.</p> <p>Extinção da figura de coordenação de área de gestão de processos educacionais, implicando um aumento da demanda de trabalho para o coordenador institucional.</p>	<p>Novo Ensino Médio – Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.</p> <p>BNCC – a terceira versão foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e homologada pelo MEC.</p> <p>Programa de Residência Pedagógica (PRP) – Portaria Capes nº 38, de 28 de fevereiro de 2018.</p> <p>Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem) – Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018.</p>
Bolsonaro (2019-2022)	Edital Capes nº 2/2020	<p>Mudança com relação à forma de organização das diferentes áreas de conhecimento, que foram divididas em:</p> <p><i>Áreas prioritárias de iniciação à docência:</i> Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química, Biologia e Alfabetização; e</p>	<p>Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) – Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) – Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.</p>

**Quadro 1 – Editais Pibid e políticas governamentais no período 2007-2019**

(conclusão)

Governo	Editais e Portaria	Principais características	Políticas de formação de professores e/ou de educação contemporâneas ao edital
Bolsonaro (2019-2022)	Edital Capes n° 2/2020	<p>Áreas gerais de iniciação à docência: Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Geografia, História, Informática, Sociologia, Filosofia e as licenciaturas Intercultural Indígena, em Educação do Campo e em Pedagogia.</p> <p>Redução significativa do orçamento.</p> <p>Preferência de implementação do Pibid em escolas participantes do Pecim.</p>	

Fonte: Elaboração própria.

## Considerações finais

Apesar de todas as tensões e transformações ocorridas até o presente momento, o Pibid permanece e se mostra resistente entre políticas de formação de professores, políticas para a educação básica e mudanças de governo. No entanto, o que se observa no decorrer dos anos de implementação do Programa são as marcas políticas e ideológicas que ele incorpora e, por vezes, implicam avanços, mas majoritariamente configuram retrocessos que ameaçam sua permanência. Por isso, defende-se a ideia de que o Pibid seja consolidado como política de Estado. Logo no início, apontava-se que essa era uma tendência do Programa, porém, isso não se efetivou e até hoje o coloca sob ameaça constante de cancelamento, atraso no pagamento das bolsas, entre outros. Essa situação motivou a criação do movimento “Fica Pibid”,<sup>3</sup> composto por estudantes e professores ligados a ele que se mobilizaram para lutar pela revogação de resoluções que implicariam retrocessos e sucateamento do Programa.

De todo modo, o Pibid realça o caráter multirreferencial do termo “formação”. Sendo assim, é preciso refletir acerca de sua concepção para pensar sobre a preparação profissional para a docência. Essa compreensão tem profunda relação com o tempo e o lugar em que ela se realiza. Com o Pibid, o lugar de formação passa a ser a escola e a universidade, que legitima os conhecimentos adquiridos pelo sujeito para o fazer profissional.

A docência enquanto ação social construída na base do agir humano pressupõe uma relação em que todos ensinam e aprendem no decorrer da vida em convivência com os outros. Essa proposta, portanto, considera que o Pibid deve ser para todos, possibilitando formação complexa e de qualidade a todos os futuros professores. No entanto, o que se percebe é um estrangulamento deste e de outros programas e políticas de formação, que cada vez mais têm sofrido com a falta de investimentos e a descaracterização de seus propósitos iniciais. Um dos resultados dessa descaracterização é que, mesmo após mais de uma década de funcionamento do Pibid, ainda observamos um déficit significativo de professores nas escolas.

Apesar de ter reconhecida a sua importância, nenhuma política voltada à formação, à permanência e à continuidade na carreira docente parece ser suficiente para sanar os problemas observados. Especificamente com relação à permanência na carreira, artigos recentes têm discutido a relevância de programas de iniciação e de indução profissional docente no Brasil, a exemplo do que é feito em diversos países (Wong, 2020; Lima; Carneiro, 2021; Sena *et al.*, 2021; Rabelo; Monteiro, 2021).

Assim, defende-se a ideia de uma maior articulação entre todas as políticas relacionadas à formação docente, desde a formação inicial, passando pelo início da carreira, até o estabelecimento de programas sólidos de formação continuada que viabilizem e estimulem os docentes a permanecerem na profissão.

---

<sup>3</sup> Entre 2015 e 2017, estudantes organizaram manifestações, das quais também participaram docentes e membros do Forpibid, realizadas em várias cidades e com repercussão na rede social Facebook, por meio da página #FICAPIBID.

## Referências bibliográficas

---

BONINI, A.; DRUCK, I. F.; BARRA, E. S. O. (Org.). *Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica: subsídios ao currículo nacional*. Curitiba: UFPR, 2018. (Versão preliminar do relatório, destinada à divulgação na forma de *preprint*). Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos\\_a\\_aprendizagem\\_e\\_ao\\_desenvolvimento\\_na\\_educacao\\_basica\\_subsidios\\_ao\\_curriculo\\_nacional-preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos_a_aprendizagem_e_ao_desenvolvimento_na_educacao_basica_subsidios_ao_curriculo_nacional-preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 de abril de 2007. Seção 1, p. 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-publicacaooriginal-71369-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

90

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jun. 2010. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 maio 2016. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 set. 2019. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Seção 1, p. 7. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010*. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 8 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 8 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). *Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category\\_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 8 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Parecer nº 9, de 8 de maio de 2001*. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. 70 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Seção 1, p. 30-44. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2-de-22-de-dezembro-de-2017-1283825-1283825>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2020. Seção 1, p. 46.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Edital nº 2, de 2009. Orienta as instituições interessadas a apresentarem propostas para a seleção de projetos com vistas à concessão de bolsas de estímulo à docência para alunos de cursos de licenciatura plena e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo Programa, conforme a Portaria nº 122, de 16 de setembro de 2009, que institui o Pibid no âmbito da Capes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 set. 2009. Seção 3, p. 28.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Edital nº 18, de 2010. Torna público o recebimento das instituições municipais públicas e universidades e centros universitários filantrópicos, confessionais e comunitários, sem fins econômicos, de educação superior, propostas contendo projetos de iniciação à docência, a serem apoiados no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, atendendo a Portaria Capes nº 72, de 9 de abril de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 2010. Seção 3, p. 18.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Edital nº 61, de 2013. Seleciona projetos institucionais no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 ago. 2013a. Seção 3, p. 39.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jul. 2013b. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Edital nº 7, de 2018. Seleciona instituições de ensino superior (IES) para desenvolverem projetos de iniciação à docência nos cursos de licenciatura em regime de colaboração com as redes de ensino, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 mar. 2018a. Seção 3, p. 23.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Edital nº 2, de 2020. Seleciona IES para desenvolvimento de projetos institucionais de iniciação à docência nos cursos de licenciatura, em regime de colaboração com as redes de ensino, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jan. 2020. Seção 3, p. 78.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. Institui o Programa de Residência Pedagógica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 mar. 2018b. Seção 1, p. 28.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Seção 1, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 883, de 16 de setembro de 2009. Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 set. 2009. Seção 1, p. 26.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 out. 2016. Seção 1, p. 23.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2018. Seção 1, p. 72.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Aviso de chamamento público nº 1, de 12 de dezembro de 2007. Convocam os interessados a apresentar propostas de projetos institucionais de iniciação à docência no âmbito do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Seção 3, p. 40.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília: MEC, SEB, 2013. 562 p. [Contém pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação].

CHARLOT, B.; CHARLOT, V. A. C. S. O negacionismo: uma crise social da relação com a “verdade” na sociedade contemporânea. *Revista Internacional Educon*, São Cristóvão, SE, v. 2, n. 3, e21023004, p. 1-16, set./dez. 2021.

DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Sentidos da prática nas políticas de currículo para a formação de professores. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 9, n. 2, p.79-99, jul./dez. 2009.

FULLAN, M. El significado del cambio educativo: un cuarto de siglo de aprendizaje. *Profesorado: Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, Granada, v. 6, n. 1-2, p. 1-14, 2002. Disponible en: <https://www.ugr.es/~recfpro/rev61ART1.pdf>. Acceso en: 11 jul. 2022.

FURLAN, E. G. M. et al. A nova configuração do Pibid e interdisciplinaridade: indícios de retrocesso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, 12., 2019, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335988506\\_A\\_NOVA\\_CONFIGURACAO\\_DO\\_PIBID\\_E\\_INTERDISCIPLINARIDADE\\_INDICIOS\\_DE\\_RETROCESSO](https://www.researchgate.net/publication/335988506_A_NOVA_CONFIGURACAO_DO_PIBID_E_INTERDISCIPLINARIDADE_INDICIOS_DE_RETROCESSO). Acesso em: 14 jul. 2022.

IMBERNÓN, F. Novos desafios da docência no século XXI: a necessidade de uma nova formação docente. In: SILVA JUNIOR, C. A. et al. (Org.). *Por uma revolução no campo da formação de professores*. São Paulo: Unesp, 2015. p 75-82.

LIMA, B. L. C.; CARNEIRO, R. F. Programas de inserção e indução profissional de professores em início de carreira. In: NAVARRO, E. R.; SOUSA, M. C. (Org.). *Educação matemática em pesquisa: perspectivas e tendências*. São Paulo: Científica, 2021. p. 370-396. v. 3.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-45.

PENIN, S. T. S. A formação de professores e a responsabilidade das universidades. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 317-332, maio/ago. 2001.

RABELO, A. O.; MONTEIRO, A. M. Apoio ao docente em início de carreira: impactos na indução profissional de professores do Programa Residência Docente do Colégio Pedro II. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e32723, p. 1-17, 2021.

RABELO, L. O.; DIAS, V. S.; CARVALHO, F. L. C. Mudanças no Pibid e na preparação de professores para o início da docência: análise em multiníveis baseada na THCA. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e230963, p. 1-23, 2020.

SANTOS, M. *As contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para a construção de saberes sobre a docência: o caso do PIBID-Biologia da Universidade Federal de São Carlos*. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SENA, E. C. S. et al. O tecer pedagógico do professor iniciante e os processos de indução. *Revista Prática Docente*, Confresa, v. 6, n. 2, e072, p. 1-19, maio/ago. 2021.

TABOSA, A. S. *A gradativa descaracterização e desvalorização do Pibid*. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – ANPOF. 2021. Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/a-gradativa-descaracterizacao-e-desvalorizacao-do-pibid>. Acesso em: 14 jul. 2022.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAILLANT, D. Para uma mudança radical na formação inicial de professores. In: SILVA JUNIOR, C. A. et al. (Org.). *Por uma revolução no campo da formação de professores*. São Paulo: Unesp, 2015. p. 33-44.

WONG, H. K. Programas de indução que mantêm os novos professores ensinando e melhorando. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, e4139111, p. 1-19, jan./dez. 2020.

---

Mariana dos Santos, doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é professora adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino (DME) dessa instituição e vice-líder do Grupo de Pesquisa EmTeia: Formação de Professores, Ambientalização Curricular e Educação em Ciências.

marianasantos@ufscar.com

Denise de Freitas, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), é professora titular sênior do Departamento de Metodologia de Ensino (DME) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), líder do Grupo de Pesquisa EmTeia: Formação de Professores, Ambientalização Curricular e Educação em Ciências e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

dfreitas@ufscar.br

Recebido em 17 de julho de 2022

Aprovado em 5 de outubro de 2022